



CONTRATO N.º 04/2021
PREGÃO N.º 114/2020 - PROCESSO N.º 4684/2020

Pelo presente instrumento público, o Serviço Municipal de Água e Esgoto - SEMAE, inscrito no CNPJ/MF sob n.º 50.853.555/0001-54, com sede na cidade de Piracicaba, estado de São Paulo, na Rua XV de Novembro, 2.200, Autarquia Municipal, criada pela Lei Municipal n.º 1.657, de 30 de abril de 1.969, doravante designado SEMAE, representado pelo seu Presidente, Maurício André Marques de Oliveira, inscrito no CPF/MF sob n.º 101.209.668-83 e portador da cédula de identidade n.º 10.549.097-0 e a empresa

NUTRICESTA COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA, sediada na Rua Maceió, n.º 190, Glebas Califórnia, na cidade de Piracicaba, estado de São Paulo, CEP. 13.403-160, Telefone (19) 2533-7484, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 61.794.939/0001-60 e Inscrição Estadual sob n.º 535.141.120.118, doravante designada CONTRATADA, neste ato representada pela Sra. Maria Lucia Guarnieri, brasileira, separada, auxiliar administrativo, residente e domiciliada na Rua 05, n.º 113, Jardim Araucária, na cidade de Rio Claro/SP, portadora do R.G. sob n.º 8.291.380-8 SSP/SP e inscrita no CNPJ/MF sob n.º 266.822.388-19,

têm entre si justo e contratado com inteira sujeição à Lei Federal n.º 10.520/02, Lei Federal n.º 8.666/93 com alterações posteriores, Lei Complementar n.º 123/2006 com alterações posteriores, Decreto 13.434/10, Instrução Normativa n.º 04/2011 e demais normas regulamentares aplicáveis à espécie, em razão de licitação realizada na modalidade Pregão sob o n.º 114/2020, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1.A CONTRATADA obriga-se ao FORNECIMENTO DE APROXIMADAMENTE **9.600 (NOVE MIL E SEISCENTAS) CESTAS BÁSICAS DE ALIMENTOS, LIMPEZA E HIGIENE PESSOAL**, sob a forma de execução indireta, de acordo com o edital, proposta e atas de julgamento que ficam, para todos os efeitos, fazendo parte integrante deste contrato.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO FORNECIMENTO

2.1.O objeto deverá atender rigorosamente às características descritas no Anexo 1 do Edital, e ser fornecido conforme estabelecido neste contrato.

2.2.As cestas básicas deverão ser entregues, mensalmente, conforme solicitação do SEMAE.

2.3.A distribuição das cestas básicas deverá ocorrer, obrigatoriamente, a partir do décimo quinto dia de cada mês, por um período de 15 (quinze) dias, inclusive aos sábados, exceto em feriados e ponto facultativos no Município de Piracicaba.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA DO CONTRATO

3.1.O contrato terá vigência a contar do primeiro dia útil de sua assinatura e encerrar-se-á em **31/12/2021**.

CLÁUSULA QUARTA – DO VALOR DO CONTRATO

4.1.O valor do presente contrato constitui a importância total estimada de R\$ 2.205.696,00 (dois milhões, duzentos e cinco mil e seiscentos e noventa e seis reais).

4.2.O valor unitário da cesta básica é de R\$ 229,76 (duzentos e vinte e nove reais e setenta e seis centavos).

4.3.Os valores, marcas e quantitativos dos produtos são os constantes na relação a seguir:

ITEM	QUANT.	UNID.	DESCRIÇÃO	R\$ UNIT.	R\$ TOTAL	MARCA
1	19.200	pacote	ARROZ	R\$ 29,86	R\$ 573.312,00	TIO JOÃO
2	28.800	pacote	FEIJÃO	R\$ 9,17	R\$ 264.096,00	BROTO LEGAL
3	28.800	pacote	AÇÚCAR REFINADO	R\$ 2,92	R\$ 84.096,00	CARAVELAS
4	19.200	pacote	PÓ-DE-CAFÉ	R\$ 7,00	R\$ 134.400,00	MORRO GRANDE T AROMA
5	9.600	pacote	SAL	R\$ 0,70	R\$ 6.720,00	GARÇA
6	19.200	pacote	MACARRÃO	R\$ 2,17	R\$ 41.664,00	RENATA



CONTRATO N.º 04/2021
PREGÃO N.º 114/2020 - PROCESSO N.º 4684/2020

7	9.600	pacote	FARINHA DE MILHO	R\$ 3,42	R\$ 32.832,00	YOKI
8	9.600	pacote	FUBÁ	R\$ 1,57	R\$ 15.072,00	KISABOR
9	19.200	pacote	BISCOITO DOCE	R\$ 1,36	R\$ 26.112,00	TRIUNFO
10	9.600	pacote	BISCOITO SALGADO	R\$ 1,34	R\$ 12.864,00	BAUDUCCO
11	9.600	lata	SALSICHA	R\$ 2,79	R\$ 26.784,00	ANGLO
12	19.200	lata	EXTRATO DE TOMATE	R\$ 3,39	R\$ 65.088,00	QUERO
13	9.600	lata	SARDINHA	R\$ 2,92	R\$ 28.032,00	PESCADOR
14	9.600	lata	ATUM SÓLIDO	R\$ 5,71	R\$ 54.816,00	PESCADOR
15	9.600	lata	SELETA DE LEGUMES	R\$ 2,69	R\$ 25.824,00	PREDILECTA
16	9.600	pacote	FARINHA DE TRIGO	R\$ 3,47	R\$ 33.312,00	DONA BENTA
17	38.400	garrafa	ÓLEO DE SOJA	R\$ 7,95	R\$ 305.280,00	LEVE
18	9.600	pote	ACHOCOLATADO EM PÓ	R\$ 4,82	R\$ 46.272,00	TODDY
19	9.600	lata	LEITE EM PÓ INSTANTÂNEO	R\$ 10,12	R\$ 97.152,00	ITAMBÉ
20	9.600	lata	LEITE CONDENSADO	R\$ 5,40	R\$ 51.840,00	ITAMBÉ
21	19.200	peça	DETERGENTE LIQUIDO	R\$ 1,54	R\$ 29.568,00	MINUANO
22	19.200	pacote	PAPEL HIGIÊNICO	R\$ 4,70	R\$ 90.240,00	DUETTO
23	19.200	peça	SABONETE EM BARRA	R\$ 1,15	R\$ 22.080,00	JOHNSONS
24	9.600	caixa	SABÃO EM PÓ	R\$ 7,06	R\$ 67.776,00	TIXAN
25	9.600	pacote	LÃ DE AÇO	R\$ 1,03	R\$ 9.888,00	ASSOLAN
26	19.200	tubo	CREME DENTAL	R\$ 1,20	R\$ 23.040,00	ORAL-B
27	28.800	peça	SACOLA PLÁSTICA TRANSPARENTE	R\$ 0,50	R\$ 14.400,00	RIO PLASTIC
28	9.600	lata	MILHO VERDE	R\$ 2,41	R\$ 23.136,00	QUERO
VALOR TOTAL GERAL: R\$ 2.205.696,00						

4.4. As despesas do presente contrato serão garantidas através do Empenho n.º 06/2021.

4.5. No valor ajustado estão incluídos todos os tributos e demais despesas diretas e indiretas relativas à execução deste contrato.

CLÁUSULA QUINTA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

5.1. Os recursos orçamentários relativos às despesas objeto do contrato serão atendidos pela Dotação 68, correspondente ao Código Orçamentário 33903000 e Programa de Trabalho 323220.1712200062.427, do exercício de 2021.

5.1.1. Em exercícios futuros correspondentes à vigência do contrato, a despesa correrá a conta de dotações orçamentárias próprias para o atendimento de despesa da mesma natureza.

CLÁUSULA SEXTA – DO FATURAMENTO E DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

6.1. O faturamento deverá ser feito em até 2 (dois) dias úteis após o dia 15 (quinze) de cada mês, através de **DOCUMENTO FISCAL ELETRÔNICO** da empresa que participou da licitação, ou seja, deve constar o mesmo CNPJ dos documentos apresentados para habilitação e deverá conter:

6.1.1. A modalidade e o número da licitação;

6.1.2. O número do Contrato;

6.1.3. O Banco, número da agência e da conta corrente da CONTRATADA.

6.2. O pagamento das notas fiscais será efetuado até o último dia útil de cada mês, por crédito em conta corrente em nome da CONTRATADA.

6.2.1. A CONTRATADA deverá fornecer carta de crédito no valor das cestas não retiradas no mês, para abatimento da nota fiscal do mês subsequente.

6.3. As faturas que apresentarem incorreções serão devolvidas e seu pagamento ocorrerá em 15 (quinze) dias após a data da sua reapresentação.

CONTRATO N.º 04/2021
PREGÃO N.º 114/2020 - PROCESSO N.º 4684/2020

6.4. Caso ocorra a necessidade de providências complementares por parte da CONTRATADA, a fluência do prazo de pagamento será interrompida, reiniciando-se a contagem a partir da data em que essas forem cumpridas.

6.5. O respectivo pagamento somente será efetuado após o efetivo cumprimento das obrigações assumidas decorrentes da contratação e após o fiel cumprimento ao artigo 55, inciso XIII da Lei Federal n.º 8.666/93.

6.6. Ocorrendo atraso no pagamento, por culpa do SEMAE, o valor devido será atualizado pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC, divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, ou outro que vier a substituí-lo.

6.6.1. Calcular-se-á a atualização “pro rata temporis”, pela variação acumulada do INPC anual dos 12 (doze) meses anteriores à data do vencimento, até a data do respectivo pagamento.

6.7. Poderá o SEMAE sustar o pagamento de qualquer fatura no caso de inadimplemento da CONTRATADA relativamente à execução do contrato, recaindo sobre a mesma às penalidades previstas na Lei Federal n.º 8.666/93 e neste contrato.

6.8. Havendo retenção de pagamento por culpa da CONTRATADA, serão de sua responsabilidade os eventuais ônus dela decorrentes.

6.9. É vedada a emissão de duplicata e a cessão de qualquer crédito decorrente do contrato e de todo e qualquer título de crédito, emitido em razão do mesmo, que contere necessariamente, a cláusula “Não a Ordem”, tirando-lhe o caráter de circulabilidade, eximindo-se o SEMAE, de todo e qualquer pagamento ou obrigação a terceiros, por títulos colocados em cobrança, desconto, caução ou outra modalidade de circulação ou garantia, inclusive quanto aos direitos emergentes do presente contrato e, em hipótese alguma, o SEMAE aceitará tais títulos, os quais serão devolvidos, imediatamente, à pessoa jurídica ou física que os houver apresentado.

CLÁUSULA SÉTIMA – DOS CRITÉRIOS DE REAJUSTE

7.1. Os preços praticados durante a vigência do contrato são fixos e irremovíveis, nos termos da legislação que implantou o Plano Real.

CLÁUSULA OITAVA – DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO - FINANCEIRO

8.1. Na hipótese de alterações econômicas fundamentais preponderantes durante a execução do contrato, a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro deverá ser estabelecida nos termos da legislação que trata da matéria e demais condições previstas neste contrato.

8.2. A solicitação para restabelecimento da equação econômico-financeiro do contrato deverá ser feita mediante requerimento formal acompanhado de documentos que comprovem o desequilíbrio, entregues no Protocolo do SEMAE, situado na R. XV de Novembro, n.º 2.200, em Piracicaba/SP, de segunda à sexta-feira, exceto feriados e pontos facultativos, das 08 às 16 horas.

8.3. A documentação será encaminhada e analisada pela Comissão, constituída para esse fim.

8.4. Juntamente com o requerimento, a CONTRATADA deverá apresentar, no mínimo, duas planilhas detalhadas de custos: uma do tempo do requerimento e outra da época da proposta e cópias de notas fiscais dos mesmos períodos.

8.5. A Comissão, a qualquer tempo, poderá solicitar o fornecimento de novos documentos, entretanto caberá, à CONTRATADA, o ônus de comprovar a ocorrência do rompimento do equilíbrio econômico-financeiro do contrato.

8.6. O SEMAE terá o prazo de sessenta (60) dias para se manifestar sobre o pedido, a contar do primeiro dia útil subsequente à entrega de toda a documentação prevista neste item e de outras eventualmente solicitadas pela Comissão devendo, **a CONTRATADA, continuar a cumprir suas obrigações até que o SEMAE delibere a respeito do pedido, sob pena de aplicação das penalidades previstas para inexecução do contrato.**

8.7. Na hipótese de deferimento total ou parcial do pedido, os cálculos deverão ser efetuados a partir da data do pleito no protocolo do SEMAE ou de outra devidamente justificada pela Comissão e ratificada pela autoridade superior.

CONTRATO N.º 04/2021
PREGÃO N.º 114/2020 - PROCESSO N.º 4684/2020

CLÁUSULA NONA - DA ASSOCIAÇÃO, CESSÃO, TRANSFERÊNCIA E SUBCONTRATAÇÃO

9.1. É vedada à CONTRATADA a associação com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação que prejudiquem a execução deste contrato.

9.2. É vedada a subcontratação de outra empresa para a realização do objeto deste contrato, exceto para aqueles eventualmente previstos no Termo de Referência.

9.3. Eventual subcontratação somente poderá ocorrer com autorização expressa do SEMAE e não será estabelecido qualquer vínculo entre o SEMAE e a subcontratada, permanecendo a CONTRATADA responsável pelo integral cumprimento das obrigações estabelecidas neste instrumento.

9.4. A CONTRATADA deverá informar, expressa e previamente, ao SEMAE a subcontratação a ser realizada no curso da vigência deste contrato, bem como qualquer substituição de subcontratada, não sendo permitida a entrada e/ou permanência de qualquer subcontratada sem que esta tenha sido aprovada pelo SEMAE.

9.5. A CONTRATADA deverá diligenciar para a escolha de subcontratada que viabilize o cumprimento das exigências estipuladas neste contrato, devendo substituir aquela que, de qualquer forma, impeça, dificulte ou prejudique o cumprimento do objeto contratual.

9.6. A CONTRATADA se obriga a inserir, no contrato que vier a celebrar com sua eventual subcontratada, cláusula estabelecendo responsabilidade solidária em relação à execução do objeto subcontratado.

9.7. É expressamente proibida a contratação de servidor pertencente ao quadro de pessoal do SEMAE para a execução do objeto do contrato.

CLÁUSULA DECIMA - DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

10.1. A CONTRATADA reconhece por este instrumento que é a única e exclusiva responsável por danos e prejuízos que causar ao SEMAE, coisa ou pessoa de terceiros em decorrência da execução do Contrato, correndo às suas expensas, sem quaisquer ônus para o SEMAE, ressarcimento ou indenização que tais danos ou prejuízos possam causar.

10.2. A CONTRATADA deverá:

10.2.1. responsabilizar-se integralmente pela execução do contrato, nos termos do Código Civil Brasileiro e legislação vigente.

10.2.2. executar o contrato de acordo com as especificações contidas no edital e em seus anexos.

10.2.3. cumprir além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da Administração.

10.2.4. manter em dia, durante a vigência do contrato, os documentos exigidos para participação na licitação, conforme dispõe o art. 55, inc. XIII, da Lei Federal n.º 8.666/93 e suas alterações.

10.2.5. manter um posto de distribuição de cestas básicas, preferencialmente, na área central de Piracicaba, com condições de armazenamento e de fácil acesso.

10.2.6. informar, após o período de entrega das cestas básicas, a quantidade distribuída no mês, através de comprovante de entrega, para fins de conferência.

10.2.7. responsabilizar-se pelas despesas decorrentes de carga, transporte, descarga e demais custos diretos e indiretos relacionados com o cumprimento da obrigação.

10.2.8. cumprir as demais obrigações constantes no edital e seus anexos que passam a fazer parte integrante deste instrumento como se nele estivessem transcritas.

10.3. Todos os documentos exigidos durante a execução do contrato poderão ser apresentados em cópias simples, podendo o SEMAE, a qualquer tempo requerer o original para cotejo, ficando a CONTRATADA sujeita às sanções legais se verificada a ocorrência de fraude ou falsidade nos documentos apresentados.

CONTRATO N.º 04/2021
PREGÃO N.º 114/2020 - PROCESSO N.º 4684/2020

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS DISPOSIÇÕES ANTICORRUPÇÃO

11.1.A CONTRATADA obriga-se, sob as penas previstas neste instrumento e na legislação aplicável, a observar e cumprir rigorosamente todas as normas cabíveis, incluindo a Lei Brasileira Anticorrupção.

11.2.A CONTRATADA declara e garante que conduz seus negócios de forma a coibir a prática de atos lesivos contra a Administração Pública, nacional ou estrangeira, que atentem contra o patrimônio público nacional ou estrangeiro, contra princípios da Administração Pública, quais sejam:

11.2.1. prometer, oferecer ou dar, direta ou indiretamente, vantagem indevida a agente público, ou a terceira pessoa a ele relacionada;

11.2.2. comprovadamente, financiar, custear, patrocinar ou de qualquer modo subvencionar a prática de atos ilícitos previstos em lei;

11.2.3. comprovadamente, utilizar-se de interposta pessoa física ou jurídica para ocultar ou dissimular seus reais interesses ou a identidade dos beneficiários dos atos praticados;

11.2.4. dificultar atividade de investigação ou fiscalização de órgãos, entidades ou agentes públicos, ou intervir em sua atuação, inclusive no âmbito das agências reguladoras e dos órgãos de fiscalização do sistema financeiro nacional.

11.3. No tocante a licitações e contratos, a CONTRATADA, não irá:

11.3.1. frustrar ou fraudar, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, o caráter competitivo de procedimento licitatório público;

11.3.2. impedir, perturbar ou fraudar a realização de qualquer ato de procedimento licitatório público;

11.3.3. afastar ou procurar afastar licitante, por meio de fraude ou oferecimento de vantagem de qualquer tipo;

11.3.4. criar, de modo fraudulento ou irregular, pessoa jurídica para participar da licitação ou celebrar o contrato;

11.3.5. obter vantagem ou benefício indevido, de modo fraudulento, de modificações ou prorrogações de contratos celebrados com a administração pública, sem autorização em lei, no ato convocatório da licitação ou respectivos instrumentos contratuais;

11.3.6. manipular ou fraudar o equilíbrio econômico-financeiro do contrato.

11.4.A CONTRATADA declara, ainda, que não está envolvida e nem irá se envolver, direta ou indiretamente, por seus representantes, administradores, diretores, conselheiros, sócios ou acionistas, assessores, consultores, durante o cumprimento das obrigações previstas neste contrato, em qualquer atividade ou prática que constitua uma infração aos termos das Leis Anticorrupção.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES DO SEMAE

12.1. Para o cumprimento do objeto do presente contrato, o SEMAE obrigará-se, através da fiscalização:

12.1.1. fornecer à CONTRATADA, os elementos básicos e instruções complementares suficientes e necessárias à sua execução;

12.1.2. fornecer as informações sobre as quantidades de cestas a serem entregues mensalmente;

12.1.3. efetuar os pagamentos devidos em dia, de acordo com o estipulado neste contrato;

12.1.4. exercer a fiscalização do contrato, na forma prevista na Lei nº 8.666/93.

12.1.5. cumprir as demais obrigações constantes no edital e seus anexos que passam a fazer parte integrante deste instrumento como se nele estivessem transcritas.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOS REPRESENTANTES DAS PARTES E DAS COMUNICAÇÕES

13.1. As solicitações, reclamações, exigências, observações e ocorrências relacionadas com a execução do contrato serão registradas e entregues por correspondência via e-mail ou remetida aos endereços constantes no preâmbulo deste.



CONTRATO N.º 04/2021
PREGÃO N.º 114/2020 - PROCESSO N.º 4684/2020

13.2. Qualquer correspondência deverá constar, no mínimo, a identificação do remetente, do número deste contrato e o assunto a ser tratado.

13.3. Fica credenciado pelo SEMAE para gestão e fiscalização do contrato, o servidor **Douglas Sarti Toledo**, Chefe do Setor de Almoxarifado, e-mail dstoledo@semaepiracicaba.sp.gov.br, telefone (19) 3403-9625 e, para prestar toda assistência e orientação que se fizerem necessárias e que poderá, junto ao representante da CONTRATADA, solicitar a correção de eventuais falhas ou irregularidades que forem verificadas, as quais, se não forem sanadas no prazo estabelecido, serão objeto de comunicação oficial à CONTRATADA, para aplicação das penalidades cabíveis.

13.4. Caberá ao gestor/fiscal indicado pela Administração o acompanhamento efetivo do cumprimento dos termos do presente contrato, em observância ao disposto no inc. III, art. 58 e art. 67, da Lei n.º 8666/93.

13.5. Fica credenciado o Sr. **Reginaldo Piccin**, portador do R.G. sob n.º 16.885.512 SSP/SP e inscrito no CNPF/MF sob n.º 078.782.868-8, e-mail nutricesta@nutricesta.com/lucia@nutricesta.com.br/sandraoriani@nutricesta.com, telefone (19) 2533-7484, como representante da CONTRATADA durante a execução do presente contrato a fim de garantir o cumprimento das atividades de acordo com as diretrizes estabelecidas para sua realização, o qual responderá ainda, pelo recebimento de todos os atos e comunicações formais expedidas pelo SEMAE.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO

14.1. O objeto da contratação deverá ser recebido:

14.1.1. **provisoriamente**, no ato do recebimento, para posterior verificação da conformidade do material com as especificações do edital; e

14.1.2. **definitivamente**, em até 10 (dez) dias do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do objeto contratado e consequente emissão do respectivo termo de recebimento.

14.2. O objeto do contrato somente será recebido se estiver perfeitamente de acordo com as condições contratuais e demais documentos que fizerem parte do ajuste.

14.3. Constatada irregularidade na execução do objeto contratual, o SEMAE, através do fiscal designado, sem prejuízo das penalidades cabíveis, deverá rejeitá-lo no todo ou em parte determinando sua correção, devendo, a contratada, fazê-la em conformidade com a indicação da fiscalização, dentro do prazo determinado na notificação por escrito, sem que isso signifique novação contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA GARANTIA CONTRATUAL

15.1. A CONTRATADA oferece, a título de garantia e conforme art. 56 da Lei Federal n.º 8.666/93, a importância de R\$ 110.284,80 (cento e dez mil, duzentos e oitenta e quatro reais e oitenta centavos), correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total estimado da obrigação, sob a forma de Apólice n.º 7500016092, emitida pela Sompo Seguros S.A, com início da vigência em 01/01/2021 e validade até 31/12/2021.

15.2. A garantia prestada será liberada ou restituída após o término da vigência do contrato ou pela sua rescisão, se esta ocorrer por culpa do SEMAE, depois de verificada a inexistência de quaisquer débitos com a Administração e, quando em dinheiro, atualizada monetariamente pelo IPCA-E.

15.3. O valor da garantia deverá permanecer integral até o término da vigência do contrato.

15.4. Sempre que o valor contratual for aumentado, a CONTRATADA será convocada a reforçar a garantia, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, de forma que esta corresponda sempre ao mesmo percentual estabelecido no Edital.

15.5. Desfalcada a garantia prestada, pela imposição de multas ou outro motivo de direito, a CONTRATADA deverá providenciar sua complementação em 10 (dez) dias úteis contados da notificação do SEMAE.

CONTRATO N.º 04/2021 **PREGÃO N.º 114/2020 - PROCESSO N.º 4684/2020**

15.6.A não apresentação da cobertura da garantia, a não prorrogação da sua validade ou a ocorrência de qualquer outro motivo que importe em descobertura contratual, importará na aplicação das penalidades previstas para inexecução total do contrato.

15.7.O SEMAE reserva-se no direito de descontar da garantia, toda importância que a qualquer título lhe for devida pela CONTRATADA.

15.8.O valor da garantia se reverterá em favor do SEMAE, integralmente ou pelo saldo que apresentar, no caso de rescisão contratual por culpa exclusiva da CONTRATADA, sem prejuízo das perdas e danos porventura verificados.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DAS PENALIDADES

16.1.O proponente que convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, deixar de celebrar ou de assinar o contrato, deixar de entregar documentação exigida no edital, apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução do objeto do contrato, não mantiver a proposta, falhar na execução do contrato, fraudar a execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e de contratar com o SEMAE, pelo prazo de até cinco (05) anos, sem prejuízo das multas previstas no edital e das demais cominações legais.

16.2.Será aplicada multa de:

16.2.1.20% (vinte por cento) sobre o valor do ajuste, quando o proponente convocado deixar de assinar o contrato;

16.2.2.1% (um por cento), sobre o valor do ajuste, por dia de atraso injustificado em firmar o contrato, até o limite de 10% (dez por cento);

16.2.3.20% (vinte por cento), sobre o valor do ajuste, pela inexecução total do contrato;

16.2.4.10% (dez por cento), sobre a parte não cumprida, pela inexecução parcial do contrato;

16.2.5.0,66% (zero vírgula sessenta e seis por cento), sobre o valor do ajuste, por dia de atraso no fornecimento e por ocorrência, até o limite de 10% (dez por cento);

16.2.5.1.na hipótese mencionada no subitem anterior, o atraso injustificado por período superior a 15 (quinze) dias caracterizará o descumprimento da obrigação, punível com as sanções previstas para inexecução do contrato.

16.2.6.1% (um por cento) sobre a fatura, pela não manutenção das condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, conforme dispõe o art. 55, inc. XIII, da Lei Federal n.º 8.666/93 e suspensão do pagamento até a devida regularização;

16.2.6.1.A não regularização no prazo de 90 (noventa) dias a contar da suspensão do pagamento, ensejará a aplicação de multa correspondente a 10% (dez por cento) sobre o valor remanescente do contrato e poderá ensejar a rescisão do contrato;

16.2.7.1% (um por cento), sobre o valor do ajuste, na ocorrência da primeira rejeição do objeto da licitação, exceto se estiver dentro do prazo de entrega;

16.2.8.2% (dois por cento), sobre o valor do ajuste, na ocorrência da segunda rejeição do objeto da licitação, exceto se estiver dentro do prazo de entrega;

16.2.9.10% (dez por cento), sobre o valor do ajuste, na ocorrência da terceira rejeição do objeto da licitação, além das demais penalidades previstas neste instrumento e rescisão contratual.

16.2.10.10% (dez por cento) sobre o valor do ajuste, na ocorrência de qualquer tipo de inadimplência não prevista neste item.

16.3.As sanções são independentes, sendo que a aplicação de uma não exclui a das outras.

16.4.O pagamento das multas não exime a CONTRATADA da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha acarretar à Administração, podendo ser aplicadas cumulativamente com as demais sanções previstas neste Instrumento.

16.5.O valor da multa será descontado dos eventuais créditos devidos pela Administração e na falta destes, cobrado administrativa ou judicialmente.

16.6.O prazo para recolhimento das multas estabelecidas neste item será de até 30 (trinta) dias a contar da data da expiração do prazo de recurso ou o seu indeferimento.

16.7.Serão considerados injustificados os atrasos não comunicados tempestivamente ou indevidamente fundamentados.



CONTRATO N.º 04/2021
PREGÃO N.º 114/2020 - PROCESSO N.º 4684/2020

16.8.Ocorrendo atraso nos valores devidos pela CONTRATADA será imputada correção monetária de 0,07% (zero vírgula zero sete por cento) ao dia sobre o valor a ser pago e juros de 1% (um por cento) ao mês, *pro rata die*, considerando-se a mora a partir do primeiro dia útil seguinte ao término do prazo estipulado.

16.9.No caso de aplicação das penalidades caberá apresentação de defesa prévia no prazo de cinco (05) dias úteis a contar da intimação do ato, com exceção da penalidade estabelecida no Art. 87, inciso IV da Lei Federal n.º 8.666/93, cujo prazo de defesa será de 10 (dez) dias contados da abertura de vista.

16.10.Aberto o procedimento de penalidade, o contratado será notificado através de via postal, notificação pessoal ou mediante publicação no Diário Oficial do Município de Piracicaba para apresentar defesa prévia no prazo legal.

16.11.A apreciação da defesa prévia será efetuada pelo gestor do contrato.

16.12.Da decisão proferida que aplicar penalidade ao contratado caberá recurso a ser interposto no prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar da intimação do ato.

16.13.O recurso será apreciado pelo gestor do contrato, o qual poderá reconsiderar sua decisão ou fazê-lo subir, ao Presidente do SEMAE, que proferirá decisão final.

16.14.A decisão final será publicada no Diário Oficial do Município de Piracicaba e registrada no Cadastro de Fornecedores do SEMAE.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DA RESCISÃO CONTRATUAL

17.1.A rescisão contratual poderá ser:

17.1.1.Determinada por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos previstos nos incisos I a XII do art. 78 da Lei Federal n.º 8.666/93.

17.1.2.Amigável, por acordo das partes, reduzida a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a Administração.

17.2.A inexecução total ou parcial do contrato poderá ensejar a sua rescisão administrativa, com a culminação das penalidades previstas no presente contrato e na Lei Federal n.º 10.520/02.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DO FORO E DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

18.1.Para as questões decorrentes da execução deste instrumento que não possam ser dirimidas administrativamente, fica eleito o foro da Comarca de Piracicaba/SP, com renúncia expressa a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

18.2.A execução do contrato, bem como os casos nele omissos, regular-se-ão pelas cláusulas contratuais e pelos preceitos de direito público, aplicando-se, supletivamente, os princípios de teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado, na forma do artigo 54, da Lei n.º 8.666/93, combinado com o inciso XII, do art. 55, do mesmo diploma legal.

18.3.As partes estão vinculadas expressamente aos termos do edital, bem como à proposta vencedora, conforme estabelece Lei Federal n.º 8.666/93 e suas alterações.

18.4.E por estarem assim justas e contratadas, assinam o presente termo em 02 (duas) vias de igual teor e único efeito.

Piracicaba, 08 de janeiro de 2021.

Maurício André Marques de Oliveira
SEMAE

Maria Lucia Guarnieri
CONTRATADA